



A FORMAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE CANGUÇU: AGRICULTURA E COMÉRCIO EM UM MUNICÍPIO AINDA PREDOMINANTEMENTE RURAL

Silvana de Matos Bandeira¹

Resumo: O presente trabalho é parte de uma pesquisa maior, que visava analisar os processos que contribuíram para a constituição do comércio atual no centro da cidade de Canguçu - RS. Como metodologia para esta parte, buscou-se dados na Biblioteca Pública Municipal do município, a fim de identificar os primeiros comércios que se destacaram no núcleo urbano. No período compreendido entre 1756-1899, a agricultura era incipiente do município, em uma época em que a sua base econômica era a pecuária, em grandes extensões de terra, e a sua localização estratégica era fundamental nos conflitos militares. Quando foi emancipada, em 27 de junho de 1857, o núcleo urbano de Canguçu possuía 458 pessoas e 52 casas térreas e 2 sobrados. Em 1871, a população da cidade, ainda vila na época, já contava com 1.800 pessoas e ocupava a 14ª posição em quantidade de população dos núcleos populacionais da província. Possuía 6 curtumes, 2 ferrarias, 1 selaria, 1 farmácia e 2 açougues. Kremer (2002), em sua pesquisa, diz que se destacava em Canguçu o estabelecimento comercial “A Cubana” que foi fundado em 15 de agosto de 1892 e se localizava na esquina da Rua General Osório com a Rua Silveira Martins. Era de propriedade do Sr. Joaquim Tita Borges. A análise comprova que Canguçu, desde seus primórdios, já demonstrava uma tendência para o comércio.

1 A origem de Canguçu

O núcleo urbano de Canguçu teve início em 1800, no Bairro Centro. Bosenbecker (2003, p.69) conta que “entre (...) dois sesmeiros surgiu uma desavença em torno da posse de uma faixa de terra de terra localizada no chamado Rincão do Tamanduá. Para por fim a esta questão, resolveram doar este terreno para a construção de uma Capela Curada”. A capela foi atraindo pessoas ao seu redor e, em 27 de Junho de 1857, foi emancipado o município. A fig. 1 mostra a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, restaurada em 1967, pelo professor Adail Bento Costa, que conservou o seu estilo original.

Assim sendo, em dezembro de 1799, o pedido dos 140 moradores da região foi prontamente atendido e, em 1º de janeiro de 1800, foi lançada a pedra fundamental da capela de Canguçu que se constituiu no marco inicial para a criação do município (BENTO, 2007).

¹ Universidade Federal de Pelotas. Graduanda do curso de Bacharelado em Geografia. mmatosss@yahoo.com.br



O novo município desmembrou-se do Rio Grande e passou a chamar-se Canguçu, nome derivado da palavra indígena Caa-guaçu, que significa mata-grande ou mato grosso, uma alusão milenar a grande mata que encobriu a Serra dos Tapes. O nome Caa-guaçu foi dado à região pelos seus primitivos moradores, os índios Tapes.



Fig. 1 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2011).

A igreja foi construída em estilo colonial português, num pedaço de terra doado pelos dois sesmeiros Paulo Rodrigues Xavier Prates e João Francisco Teixeira de Oliveira, que haviam ganhado terras de Portugal para que nelas pudessem trabalhar e ao mesmo tempo impedir invasões espanholas. Paulo Rodrigues Xavier Prates (1743-1813) era o dono de extensas terras que abrangiam inclusive o Rincão do Canguçu, onde funcionou a Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu (1783-1789), local hoje conhecido como Canguçu Velho (Fig. 2) e considerado o primeiro núcleo populacional de Canguçu. A Real Feitoria era grande produtora de linho chegando a produzir, durante os seis anos em que permaneceu

instalada no Rincão do Canguçu, cerca de oito toneladas de linho, que naquela época era muito necessário para a construção de velas para embarcações.

Segundo Bento (2000, p. 13), naquela época “o linho era para a navegação o que hoje é o petróleo. E Portugal procurava ficar independente da Inglaterra, daí a importância que teve de 1783-1789 o Rincão do Canguçu.” Essa “indústria” de linho começou a atrair pessoas. Além dos escravos que trabalhavam na Feitoria, apareceram açorianos fugitivos das guerras contra os espanhóis que lutavam pelas terras do Sul e que viram, no Rincão do Canguçu, um local atrativo, pois tinha abundância de água e terras férteis para agricultura e pastagens. Com a construção da igreja, muitas dessas pessoas que moravam em Canguçu Velho mudaram-se para perto da capela a fim de receberem assistência religiosa, dando início à cidade de Canguçu.



Fig. 2 - Sede da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu
Fonte: <http://www.ahimtb.org.br/images2/sobrado.jpg>. Acesso em 11/07/2009, 18h39min.

Vasconcelos (1997, p.269) comenta que “os estabelecimentos religiosos, importantes nas paisagens das cidades coloniais brasileiras (...) refletiam o papel da Igreja ao longo do período e a importância que a população dava às questões religiosas.” As igrejas, naquela época, tendiam a atrair o crescimento populacional contribuindo, assim, para a expansão das cidades. Geralmente eram construídas em terrenos doados por fiéis, como se pode perceber no que escreveu Vasconcelos (1997, p. 269): “(...) a localização dos estabelecimentos religiosos dependia também dos terrenos doados pelas autoridades ou por fiéis.”



Mais tarde vieram para Canguçu muitos negros para trabalharem como escravos nas fazendas, sendo que muitos deles fizeram parte dos lanceiros negros que lutaram sob o comando do coronel canguçuense Teixeira Nunes, na Revolução Farroupilha (1835-1845).

Nesse período, o comércio no núcleo urbano era insignificante economicamente, considerando que a população vivia praticamente no meio rural e eram precários os meios de transportes para se chegar à sede do município. Para suprir as necessidades básicas da população, havia diversas casas comerciais no meio rural.

Segundo Bento (2007, p.91), no ano da Independência do Brasil, em 1822, havia, considerando a área urbana e rural, 600 casas no município de Canguçu e a população total “era de 5.800, contra 1.000 em 1800, e 3.000 em 1815”. O autor também afirma que

Canguçu proporcionalmente às demais localidades apresentava a maior densidade rural. Suas terras, na época, estavam sendo objeto de intensa migração em razão das concessões de sesmarias de mata, feitas na vertente da Lagoa dos Patos, 1821-22, pelo 4º e último capitão general do Rio Grande. (BENTO, 2007, p.92)

Bento (2000) comenta que Canguçu muito se beneficiou por se localizar próximo das charqueadas de Pelotas e, especialmente, por ser local de trânsito de tropas provenientes das Missões e de Cima da Serra. Atividade que teve seu período áureo depois da guerra do Paraguai, de 1870-93, aproveitando a ponte do Passo do Jacuí, então construída, antes idealizada pelo Barão de Caxias como uma necessidade na paz e na guerra, e por unir o Sul do Jacuí, início do Pampa, com o norte, fim do Planalto Brasileiro.

De 1870 à 1893, foi intenso o trânsito de tropas por Canguçu, o qual diminuiu com a destruição da ponte na Revolução de 93, criação de charqueada em Cachoeira do Sul, concorrência do charque platino e diminuição da oferta de gados depois da Guerra Civil 1893-95. Por Canguçu as tropas circulavam depois de atravessado o Camaquã no Passo das Carretas que não dava vau. Passavam pelo Passo do Goulart no arroio dos Bica, depois no Passo do Moirão, no arroio Pedregal, na fazenda da Invernada dos Dias, tradicional local de pousos e, a seguir, na Coxilha do Fogo, em casa que foi de Israel Borges e que conheci como propriedade de seu filho Campolino. Dali a tropa atingia a Coronilha, região da Pedra das Mentiras. A seguir vinha a Lacerda, no mangueirão de pedra até hoje existente, construído pelo fazendeiro de nome Lacerda e em mais dois que pertenciam a Alteçor Almeida e Florício Ribeiro. (...) Da Lacerda a tropas seguiam até próximo do Presídio atual de onde contornavam Canguçu pela Estrada das Tropas que passa pela Rodoviária e pelo Radar do Sindacta 2, Passo do Vime, Vila dos Campos, Morro Redondo (Fiss). Dali chegavam a Tablada, em Pelotas, por Monte Bonito, pelas Três Vendas, ou pelo Fragata, através da Coxilha do Santo Amor. (BENTO, 2000, p. 158)



O autor revela que Canguçu era “a terra dos mangueirões de pedra”. Segundo ele, a museóloga Marlene Barbosa Coelho levantou a existência em Canguçu de 25 delas, sendo que só na Lacerda havia três mangueiras para servir de apoio confortável às tropas e a seus tropeiros. A Lacerda era considerado o melhor pouso de trajeto Cima de Serra – Pelotas.

Quando foi emancipada, em 27 de junho de 1857, o núcleo urbano de Canguçu possuía 458 pessoas e 52 casas térreas e 2 sobrados. Em 1871, a população da cidade, ainda vila na época, já contava com 1.800 pessoas e ocupava a 14ª posição em quantidade de população dos núcleos populacionais da província. Tinha 145 casas, das quais 8 sobrados. Possuía 6 curtumes, 2 ferrarias, 1 selaria, 1 farmácia e 2 açougues. Dez anos depois, a população total do município era de 14.456 habitantes, sendo 2.956 escravos e 2.500 da vila, dos quais 109 escravos. A indústria de curtumes estava em grande crescimento e tinha aceitação internacional. Em 1891, a Vila de Canguçu possuía 1.600 habitantes e 194 casas. Já estava começando a ter início a migração pomerana de São Lourenço para Canguçu. (Bento, 2007)

Kremer (2002), em sua pesquisa, diz que se destacava em Canguçu o estabelecimento comercial “A Cubana” que foi fundado em 15 de agosto de 1892 e se localizava na esquina da Rua General Osório com a Rua Silveira Martins. Era de propriedade do Sr. Joaquim Tita Borges. O estabelecimento oferecia uma grande variedade de mercadorias, funcionando como armazém de secos e molhados, ferragens, produtos agrícolas, louças, tecidos, armarinho e miudezas, máquinas de costura, artigos de papelaria e bazar. Kremer (2002, p. 16) revela que “A Cubana” “era a única casa comercial de Canguçu que vendia o específico Humphreys (Homeopatia) e tinha grande quantidade de medicamentos.”.

Bento (2000, p.60), em artigo publicado na Revista dos 200 anos de Canguçu, com base na Revista do 1º Centenário de Pelotas (1912), afirma que no século XIX

Foi Canguçu, certa época, centro de intenso movimento comercial, que a muitos indivíduos proporcionou fortuna. Por motivos de convulsões políticas irradiadas de Montevideú, vieram para o município muitos emigrados uruguaios, espanhóis e alemães. Eles pelas atividades e conhecimento bastante concorreram para o adiantamento do lugar.

Dentre eles, se destacaram: José Lavanzi, João Izacet, José Martiano Puente, Francisco Borraz e Francisco Lafuente. Outro imigrante ilustre de Canguçu foi Eduardo Wilhelmy, nascido em Stein (Alemanha), que chegou a Canguçu em 1869 exercendo a função



de fotógrafo e viajante e, posteriormente, ao erradicar-se em Canguçu, passou a exercer a profissão de professor. Kremer (2002, p. 25) transcreve trechos do artigo “Vila de Canguçu”, publicação do professor Wilhelmy no Almanaque Literário e Estatístico do RS de 1905. Wilhelmy escreveu em seu artigo que, após conhecer muitas vilas do sul do RS, tinha achado Canguçu uma vila muito animada e alegre, onde as pessoas ganhavam o suficiente para uma vida cômoda e ainda sobrava algum dinheiro excedente para distrações.

O professor Wilhelmy também registrou que “nesta época todos os estancieiros de importância do município tinham casas na vila, que habitavam, senão sempre, pelo menos o maior tempo do ano.” Bento (2000, p. 158) afirma que “foi o período áureo da economia de Pelotas e Canguçu, traduzidos pela construção de palacetes dignos dos maiores centros do Brasil, como em Canguçu pelos Piegas, os atuais que abrigam a Casa da Cultura e Clube Harmonia.” Essa fase de desenvolvimento na vila de Canguçu foi destruída pela Revolução Federalista (1893-1895) que espalhou terror e ficou famosa pela prática da degola. Na Revolução Federalista, se enfrentaram os federalistas (maragatos), liderados por Gaspar Silveira Martins, e os republicanos (chimangos ou pica-paus), seguidores do positivista Júlio de Castilho. Essa revolução trouxe reflexos negativos para a economia de Canguçu. Em seu artigo de 1905, Wilhelmy, ao referir-se as famílias abastadas que antes tinham residências na vila de Canguçu, disse:

E hoje, de todas estas famílias, muito poucas restam morando aqui. Vários chefes delas já se acham no além túmulo, outras se mudaram para a República do Uruguai, Pelotas, etc., e as suas casa se vão desmoronando desde o tempo da revolução. Outros venderam as suas propriedades por menos da terça parte do custo. Faço somente lembrar a do falecido Horácio Piegas, que a Intendência comprou por doze contos, custando este palacete uns 38 contos de réis. (BENTO, 2000, p. 158)

No entanto, Wilhelmy não atribuiu a decadência da vila de Canguçu somente aos efeitos da Revolução Federalista, ou seja, ele acreditava que podia ser uma “estagnação natural” e o desenvolvimento poderia ser retomado com ajuda de um fator externo.

Todos os lugares no interior da campanha tem um ponto culminante, além do qual não passam, desde que não lhes advenha um impulso de fora ou de algum de seus habitantes mais enérgicos e empreendedores; o exemplo nos todos os lugares da campanha, a não ser aqueles, onde se desenvolve a colonização, como São Lourenço do Sul e outros ao norte do estado. (KREMER, 2002, p.25)



O professor Wilhelmy tinha grande esperança que a imigração alemã, recém-iniciada no município, pudesse ser este “impulso de fora” que iria trazer novamente o desenvolvimento ao município. Todavia, ele temia que esse desenvolvimento fosse limitado pela precariedade dos transportes, o que dificultaria a venda da produção e a vila se tornaria pouco frequentada, a exemplo de outras que ele conhecia na época. Porém, Wilhelmy confiava na potencialidade do município e acreditava que o futuro reservaria grande desenvolvimento devido ao solo fértil.

Ao final de seu artigo, Wilhelmy faz uma descrição socioeconômica da vila de Canguçu em 1905.

A vila conta uns 600 habitantes, que já tinha, ou talvez mais há uns 30 anos. Estabelecimentos comerciais têm entre 12 e 14, alguns bem sortidos; existem na vila 3 médicos licenciados, uma escola de cada sexo, 2 ferrarias, 3 sapatarias, uma boa marcenaria, vários carpinteiros, tamancarias, 3 curtumes, que é um ramo de indústria de grande importância para a vila, um moinho a vapor em construção, etc., fechando os ramos industriais três... Bicheiros. Quase me ia esquecendo de citar a estação telegráfica e o Clube Harmonia, com um bonito prédio de sua propriedade. (KREMER, 2002, p. 25)

As expectativas positivas de Wilhelmy, em relação ao futuro de Canguçu, logo começaram a se concretizar com a intensificação de pomeranos chegando ao município, vindos do município vizinho de São Lourenço do Sul, que muito contribuiriam para o desenvolvimento da agricultura e a conseqüente riqueza do município.

2 A contribuição dos imigrantes pomeranos

Nas duas primeiras décadas do século XX, começaram a integrar a população de Canguçu colonos pomeranos vindos de colônias de Pelotas e São Lourenço. Bento (2007, p.129), a fim de explicar como começou a colonização alemã em Canguçu, conta que no ano de 1857, quando Canguçu foi elevado de vila a município, “no vizinho município de São Lourenço, teve início a colonização alemã promovida por Jacob Rheingantz e que se irradiaria e ainda se erradia pelo município de Canguçu.”.

Foi com a imigração alemã que o município começou a dedicar-se com mais intensidade à agricultura. Dutra (2010, p.19) afirma que “desde o início, estes colonos dedicaram-se à policultura (feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce, batata inglesa, entre



outros) e a criação de animais, favorecendo o surgimento da agricultura familiar, inicialmente com características de subsistência”. Hoje, com mais da metade de seus habitantes que ainda resistem na zona rural, Canguçu é conhecida como a “Capital Nacional da Agricultura Familiar.” Lando & Barros apud Etges (1991, p.58), esclarece que “a colonização do Rio Grande do Sul apresenta-se como um caso singular na imigração europeia, pois, devido às suas condições peculiares de implantação, possibilitou a formação da pequena propriedade”.

O Brasil tinha interesse em receber imigrantes, pois havia abolido a escravatura e necessitava de mão-de-obra livre para trabalhar na agricultura e colonizar partes do seu território, ainda pouco habitado. Em São Lourenço do Sul, a imigração foi feita pela iniciativa particular de Jacób Rheingantz. Rheingantz, na companhia de seu irmão Felipe, ficou encantado quando visitou e conheceu a colônia de imigrantes alemães em São Leopoldo.

A prosperidade e o bem-estar dos imigrantes impressionaram os irmãos Rheingantz profundamente. E é bem possível que tenha nascido ali a idéia de fundar uma colônia particular no sul do estado, nos mesmos moldes da colônia que tinham visto em São Leopoldo. (WILLE, 2011, p. 47)

Com a intenção de realizar o seu projeto, Rheingantz começou a procurar uma terra fértil para a fundação da sua colônia. Encontrou o local adequado no interior do município de São Lourenço do Sul e, após estudar a legislação vigente sobre a criação de colônias particulares, foi para o Rio de Janeiro firmar um contrato com o Governo Imperial. No contrato, o governo exigia que a colônia não pudesse ter menos do que 1.440 imigrantes.

Wille (2011, p.54) relata que “a primeira leva de imigrantes era constituída de 88 pessoas e embarcou no porto de Hamburgo em 31 de outubro de 1857, tendo eles chegado ao porto de Rio Grande em janeiro do ano seguinte”. Segundo Wille (2011), as terras foram divididas, na sua maioria, em lotes de 48 hectares destinadas a uma família. Já as viúvas e os solteiros receberam um lote de 24 hectares. As estradas que passavam pelos lotes convergiam para o porto de São Lourenço, a fim de que a produção agrícola pudesse ser escoada em direção a Pelotas e Rio Grande. Embora a forma de pagamento fosse facilitada, os lotes não eram doados e sim vendidos aos imigrantes.

O projeto de Jacób Rheingantz deu certo e os imigrantes prosperaram. Em 15 de julho de 1877, quando ocorreu a morte de Rheingantz, a colônia já tinha um total de 52.000 hectares e mais de 6.000 moradores entre imigrantes e descendentes. Também já estavam em



funcionamento 16 escolas particulares, mantidas pelos próprios colonos. Em 1884, ocorreu a emancipação política do município de São Lourenço do Sul. Com o passar dos anos, os pomeranos foram se multiplicando e as terras de São Lourenço tornaram-se insuficientes para as novas gerações. Logo, viram como alternativa expandirem-se para Canguçu.

Bento (2007), com base em Lassance Cunha, descreve a situação de Canguçu em 1908. Nesse ano, município contava com 25.000 habitantes e possuía 86 casas de comércio. Em reportagem fotográfica de 1912, realizada por Rafael Crecco, Canguçu mostrava que estava em grande aumento populacional, tendo “30.000 habitantes, sendo 600 na sede, distribuídos em 200 residências sujeitas à taxa predial.” (BENTO, 2007, p. 183).

Kremer (2002, p.7), com base no Guia Econômico Bemporat, organizado pelo Sr. Achylles Bemporat e editado em 1907, menciona o nome dos proprietários das casas comerciais e dos prestadores dos serviços ofertados no município de Canguçu no referido ano:

Comércio em Geral (sede do município):

Açougues: Joaquim Coutinho da Rocha, José Orbelio Moreira, Malaquias Silveira. Advogados: Cap. Carlos Norberto Moreira, Cap. João Miguel de Moraes, Cap. João Francisco Morreno, Domingos Caneo Telesca, João Paulo Prestes, Theophilo Moreira, Agrimensor: Cap. Frederico Guilherme Klein. Alfaiatarias: João Loreto Jacondino, Vicente Pinto de Oliveira. Barbearias: Affonso Maria de Ligorio, Nelson Barcellos, Octavio de Almeida. Carpintaria e Marcenaria: Candido Marchand Gustavo Adolfo Schroder. Dentistas: Affonso Maria de Logorio, Dario Motta de Freitas. Ferrarias: Antonio Valente. José Serra, José Alfredo Costa, José de Oliveira. Hotéis: Belarmino Pereira, Florêncio Fagundes dos Reis, Samuel Pinho. Padarias: Clara Duarte, Francisca Oliveira, Maximiliano Lafuente, Laurindo Cordeiro. Farmácia: Farmácia Popular de Eugênio Valente. Sapatarias: Achylles Frasca, Luiz Cunha, Mathias Wanner.

Registra-se, na pesquisa de Kremer (2002, p.7), a grande quantidade de comércios de secos e molhados no interior de Canguçu, como podemos ver a seguir.

Comércios de Secos, Molhados e Fazendas (1º distrito): Abel Campos Irmãos, Alberto Franz, Antonio Francisco Jorge, Antônio J. Cruz, Augusto Andreine, Augusto Muller, Berchior Alves Pereira, Domingos Caneo Telesca, Eugênio Lopes Garcia, Francisco de Paulo Silveira, Gregório J. Borges, Guilherme P. das Neves, Helena Glassen, Henrique Glassen Filho, Henrique Maria Lopes, Joaquim A. Barbosa, Joaquim Isidro Coelho, João Carolino Pereira, João Rutter, João Saraiva Jorge, José B. Vianna, José Francisco Jorge, José R. de Souza, José Vicente D’Almeida, Lucídio Edgar Moreira, Marcelino Silveira Amaral, Maria Magdalena Bezerra, Martiniano F. Lafuente, Nicolau Ferreira Duarte, Miguel Rodrigues Barcelos, Vidal Soares dos Santos, Virgílio José Barros.

Comércio de Secos, Molhados e Fazendas (2º distrito): Canuto Nunes Soares, Casemiro Vieira da Rosa, Fileno Ferraz Leite, João Adolpho Krusser, Leão Vieira da Rosa, José



Antônio da Silva, José Luiz da Silva, Juvêncio Carvalho & Irmão, J. Vieira Britto, Lucas da Silva Motta, Marfigio Feijó, Miguel Joaquim D'Almeida, Tobias Iribarem.
Comércio de Secos, Molhados e Fazendas (3º distrito): Avelino Nunes Soares, Delfino Nunes Almeida, Firmino Goulart, Felicíssimo Duarte e Filho, Israel Borges, Gabriel Nunes, Guilherme Neves, João Maria da Cunha, João Antônio Flores, José Maria S. Oliveira, José Maria F. dos Reis, Leonídio P. das Neves, Lourenço C. da Silveira, Luadio Evangelista Moreira, Marcelino Gonçalves da Silva, Rosalvo Pereira das Neves, Vicente Farias e Filho.

No 4º e 5º distrito, os menos povoados do município, o pesquisador não menciona a existência de algum comércio em 1907. Quanto à agricultura, os principais produtos agrícolas cultivados eram: milho, feijão, trigo, arroz, batata, mandioca e fumo.

Ainda eram comuns no município, no início do século XIX, os carreteiros. Estes eram homens que faziam o trajeto interior de Canguçu – Pelotas de carreta puxada por bois, levando matéria-prima que era trocada por mercadorias. BENTO (2000, p. 109), na Revista dos 200 anos de Canguçu, conta que

um dos carreteiros na época era o Sr. Inácio. Ele levava lã, trigo, couro e trazia sortimentos para o comércio local. Consta que o trigo produzido no quinto era transportado até o Passo Rico, atual Pelotas, com carretas de bois e dali transportado por água em pequenos barcos até o Rio Grande onde eram baldeados para os vapores que iam para Porto Alegre e Rio de Janeiro. (BENTO, 2000, p.109)

A vinda dos imigrantes influenciou, de certa forma, nos meios de transportes das mercadorias, que antes eram feitas por carretas e depois passaram a ser realizadas pelas carroças construídas pelos imigrantes. “Depois começaram a aparecer as carroças de imigrantes europeus, com quatro rodas raiadas, com chapa de ferro na volta e cambotas.” (BENTO, 2000, p.109).

Conclusões

A análise comprova que Canguçu, desde seus primórdios, já demonstrava uma tendência para o comércio. O comércio de Canguçu visava atender as necessidades diretas dos moradores do seu entorno rural, oferecendo produtos básicos como alimentos, vestuário e instrumentos para o trabalho. Quando a economia do campo apresentava crise como, por exemplo, durante a Revolução Federalista, o comércio de Canguçu sofria os reflexos e demonstrava decadência. A chegada dos imigrantes pomeranos revitalizou a produção no



campo e, conseqüentemente, contribuiu para a dinamização do comércio da cidade até os dias atuais.

Referências bibliográficas:

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história**. 2.ed. Barra Mansa: Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BENTO, Cláudio Moreira (org.). **Canguçu 200 anos**. 1.ed. Canguçu: ACANDHIS, 2000.

BOSENBECKER, Laedi Bachini. **Conhecendo Canguçu**. 1.ed. Canguçu: R & C Informática, 2004.

DUTRA, Éder Jardel da Silva. **A famicultura no Passo dos Oliveira, Canguçu-RS: conseqüências na reorganização do setor agrário**. Rio Grande: Furg, 2010. (dissertação de mestrado)

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Sujeição e Resistência**. Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

KREMER, Flávio Azambuja. **Apontamentos Históricos e Geográficos de Canguçu**. Canguçu: Acandhis, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial.” In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

WILLE, Leopoldo. **Pomeranos no sul do Rio Grande do Sul**. Trajetória – Mitos – Cultura. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.